continuação

COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-D | CNPJ/MF nº 08.467.115/0001-00

da Companhia monitora a aderência aos procedimentos de gerenciamento de risco, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais está exposta. O Comitê de Auditoria é auxiliado pelo time de auditoria interna na execução de suas atribuições. A auditoria interna realiza revisões regulares e esporádicas nos procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado é reportado para o Comitê de Auditoria. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não houve mudança nas políticas de gerenciamento de risco em relação ao exercício anterior, findo em 31 de dezembro de 2021. **(a) Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco da Companhia em incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros. A Administração acompanha a evolução do contas a receber, e reforça os direcionamentos estratégicos para potencializar a gestão e o desempenho operacional das ações de cobrança envidadas para mitigar o risco de inadimplência. A Companhia adota uma política de cobrança cujas diretrizes estão em consonância com legislação e regulamentação especificas. **(i) Caixa e equivalentes de caixa:** A Companhia detém caixa e equivalentes de caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, no montante de R$ 415.108 (R$ 516.741 em 31 de dezembro de 2021). O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem *rating* entre AA- e AA+, baseado nas agências de *rating Fitch Ratings e Standard & Poors*. A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. Quando da aplicação inicial do CPC 48/IFRS 9 – Instrumentos financeiros, a Companhia julgou não ser necessário a constituição de provisão. **(ii) Contas a receber de clientes:** As contas a receber são compostas pelas faturas de energia elétrica, de consumidores não faturados e pelos parcelamentos de débitos de faturas de fornecimento de energia vencidos de consumidores inadimplentes, e a representatividade é influenciada pelas características da área de concessão. A Companhia estabelece as políticas de cobrança para as classes de clientes para reduzir os níveis de inadimplência, e consequentemente, a recuperação dos valores recebíveis. Todas as políticas de cobrança estabelecidas estão em consonância com a legislação e regulamentação específicas, no caso do setor de energia elétrica a Resolução Normativa nº 1.000/ 2021, emitida pela ANEEL. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a exposição máxima ao risco de crédito para contas a receber de clientes por classe consumidora estava assim apresentada:

2022

Classe consumidora	Consumidores Faturados	Consumidores não faturados	Parcelamentos	Total	%
Residencial	635.847	92.517	278.678	1.007.042	50%
Industrial	73.272	31.269	15.356	119.897	6%
Comercial	285.984	78.683	129.714	494.381	25%
Rural	44.870	20.403	39.409	104.682	5%
Poder público	30.603	15.135	70.496	116.234	6%
Iluminação pública	58.219	27	72.907	131.153	7%
Serviço público	9.922	9.585	255	19.762	1%
Concessionárias e permissionárias	–	1.702	–	1.702	0%
Total	1.138.717	249.321	606.815	1.994.853	100%

2021

Classe consumidora	Consumidores Faturados	Consumidores não faturados	Parcelamentos	Total	%
Residencial	638.540	94.684	196.148	929.372	46%
Industrial	81.600	32.242	31.166	145.008	7%
Comercial	299.035	82.539	125.951	507.525	25%
Rural	50.110	27.731	14.135	91.976	5%
Poder público	58.109	16.620	106.945	181.674	9%
Iluminação pública	50.657	30	97.073	147.760	7%
Serviço público	14.528	10.764	133	25.425	1%
Concessionárias e permissionárias	–	2.825	5	2.830	0%
Total	1.192.579	267.435	571.556	2.031.570	100%

A Companhia registrou uma provisão para perda que representa sua melhor estimativa de perdas esperadas referentes às contas a receber de clientes, conforme apresentado na nota explicativa nº 7.2 – Contas a receber de clientes e procedimentos descritos na nota explicativa nº 3.12.2.1 – Perdas esperadas para redução ao valor recuperável do contas a receber.

Perda esperada de crédito de liquidação duvidosa

Faixa	Saldo contábil bruto Parcelamentos	%Taxa média ponderada da perda média do Parcelado	Saldo PECLD	Saldo contábil bruto Faturados	%Taxa média ponderada da perda média do Faturado	Saldo PECLD
A Vencer	354.978	29,08%	78.100	276.626	1,58%	4.371
Vencido 1 a 30	42.364	39,72%	16.827	87.755	5,00%	4.388
Vencido 31 a 60	7.648	51,87%	3.967	25.407	16,33%	4.149
Vencido 61 a 90	5.775	51,87%	2.995	11.433	27,46%	3.140
Vencido 91 a 120	5.891	51,87%	3.056	12.139	30,73%	3.730
Vencido 121 a 150	6.474	51,87%	3.358	15.747	34,02%	5.357
Vencido 151 a 180	5.573	51,87%	2.891	8.342	37,25%	3.107
Vencido 181 a 210	5.075	58,35%	2.961	11.177	42,76%	4.779
Vencido 211 a 240	5.210	69,53%	3.623	14.601	52,49%	7.664
Vencido 241 a 270	5.063	75,63%	3.829	12.231	64,48%	7.887
Vencido 271 a 300	4.461	82,17%	3.666	12.807	69,29%	8.874
Vencido 301 a 330	5.299	86,81%	4.600	12.271	71,62%	8.788
Vencido 331 a 360	4.410	90,21%	3.978	10.922	74,39%	8.125
Vencido 361 a 390	4.229	93,68%	3.962	10.320	75,92%	7.835
Vencido 391 a 420	5.457	95,87%	5.232	10.342	77,01%	7.964
Vencido 421 a 450	3.965	95,94%	3.804	10.084	77,44%	7.809
Vencido 451 a 630	22.780	96,30%	21.937	56.277	80,74%	45.438
Vencido 631 a 720	8.917	97,72%	8.714	29.564	82,46%	24.378
Vencido 721 a 810	7.413	97,72%	7.244	22.833	86,87%	19.835
Vencido 811 a 990	14.957	97,72%	14.616	42.244	88,18%	37.251
Vencido 991 a 1080	7.693	97,72%	7.518	26.372	88,18%	23.255
Vencido 1081 a 1170	6.670	97,72%	6.518	21.026	88,18%	18.541
Vencido 1171 a 1350	13.414	97,72%	13.108	41.434	88,18%	36.537
Vencido 1351 a 1530	11.630	97,72%	11.365	46.571	94,73%	44.117
Vencido 1531 a 1710	9.897	97,72%	9.671	42.497	97,09%	41.260
Vencido 1711 a 1890	8.390	98,48%	8.262	24.871	97,09%	24.147
Vencido Maior 1890	23.182	98,48%	22.830	242.824	97,09%	235.758
Total	606.815		278.632	1.138.717		648.484

***Aging* parcelamento saldos a vencer**

2022

	2023	2024	2025	Após 2026	Total
Residencial	111.818	31.619	13.300	788	157.525
Industrial	2.813	1.208	393	1	4.415
Comercial	19.933	6.256	3.448	10.348	39.985
Rural	8.165	3.658	2.791	19.117	33.731
Poder público	10.993	6.440	6.208	41.958	65.599
Iluminação pública	13.159	9.285	7.058	23.967	53.469
Serviço público	255	–	–	–	255
Total a vencer	167.136	58.466	33.198	96.179	354.979

2021

	2022	2023	2024	Após 2025	Total
Residencial	76.707	17.631	6.451	1.433	102.222
Industrial	4.677	528	1.005	221	6.431
Comercial	20.633	9.788	5.210	16.421	52.052
Rural	3.641	675	275	37	4.628
Poder público	8.647	8.118	8.356	70.307	95.428
Iluminação pública	7.363	6.923	7.080	19.314	40.680
Serviço público	125	8	–	–	133
Concessionárias e permissionárias	5	–	–	–	5
Total a vencer	121.798	43.671	28.377	107.733	301.579

***Aging* de parcelamentos vencidos há mais de 90 dias**

2022

	Venc. 91 a 360 dias	Venc. de 361 à 720 dias	Venc. de 721 a 1080 dias	Venc. de 1081 a 1530 dias	Total
Residencial	27.139	24.450	16.954	36.022	104.565
Industrial	2.794	487	1.409	5.657	10.347
Comercial	16.398	18.436	11.235	25.642	71.711
Rural	994	1.974	464	1.510	4.942
Poder Público	49	1	1	2	53
Iluminação Pública	83	–	–	4.348	4.431
Total de parcelamentos	47.457	45.348	30.063	73.181	196.049

2021

	Venc. 91 a 360 dias	Venc. de 361 à 720 dias	Venc. de 721 a 1080 dias	Venc. de 1081 a 1530 dias	Total
Residencial	21.392	19.281	16.310	22.351	79.334
Industrial	526	1.539	1.424	20.957	24.446
Comercial	14.482	11.707	9.523	17.873	53.585
Rural	676	537	427	6.081	7.721
Poder Público	1	2	1	6.185	6.189
Iluminação Pública	2.680	2.548	2.019	17.577	24.824
Total de parcelamentos	39.757	35.614	29.704	91.024	196.099

PECLD não faturados

Faixa	Saldo contábil bruto não faturados	%Taxa média ponderada da perda média do não faturado	Saldo PECLD
A Vencer	249.321	1,58%	3.939
Vencido 1 a 30	953	5,00%	48
Vencido 31 a 60	1.421	16,33%	232
Vencido 61 a 90	1.097	27,46%	301
Vencido 91 a 120	1.016	30,73%	312
Vencido 121 a 150	797	34,02%	271
Vencido 151 a 180	784	37,25%	292
Vencido 181 a 210	517	42,76%	221
Vencido 211 a 240	430	52,49%	226
Vencido 241 a 270	450	64,48%	290
Vencido 271 a 300	427	69,29%	296
Vencido 301 a 330	316	71,62%	226
Vencido 331 a 360	531	74,39%	395
Vencido 361 a 390	583	75,92%	443
Vencido 391 a 420	247	77,01%	190
Vencido 421 a 450	318	77,44%	246
Vencido 451 a 630	5.151	80,74%	4.159
Vencido 631 a 720	926	82,46%	764
Vencido 721 a 810	1.388	86,87%	1.206
Vencido 811 a 990	2.929	88,18%	2.583
Vencido 991 a 1080	322	88,18%	284
Vencido 1081 a 1170	275	88,18%	242
Vencido 1171 a 1350	706	88,18%	623
Vencido 1351 a 1530	754	94,73%	714
Vencido 1531 a 1710	1.050	97,09%	1.019
Vencido 1711 a 1890	267	97,09%	259
Vencido Maior 1890	5.992	97,09%	5.819
Total	36.260		21.765

iii) Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros e ativo financeiro da concessão: A Administração da Companhia considera reduzido o risco desses créditos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente: (i) referente a custos não recuperados por meio de tarifa (ativo financeiro setorial); e (ii) referente aos investimentos em curso e efetuados em infraestrutura e que não foram amortizados até o vencimento da concessão (ativos de contrato e ativo financeiro da concessão). **(iv) Instrumentos financeiros derivativos:** Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras que possuem *rating* entre AA- e AA+, baseado nas agências de *rating Fitch Ratings e Standard & Poors*. **(b) Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentadas nas notas explicativas nº 16 - Empréstimos e financiamentos e nº 17 - Debêntures. A Companhia tem obtido recursos a partir da sua atividade comercial e do mercado financeiro, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros. A gestão dos investimentos financeiros tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos. A geração de caixa da Companhia e sua pouca volatilidade nos recebimentos e obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, prestam à Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo o seu risco de liquidez. A Companhia busca manter o nível de seu caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos com mercado ativo em um montante superior às saídas de caixa para liquidação de endividamento para os próximos 12 meses. O índice de disponibilidade por dívida de curto prazo no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 é de 1,6 (1,79 em 31 de dezembro de 2021). **(i) Exposição ao risco de liquidez:** A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração contábil. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação:

Passivos financeiros não derivativos	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual total	2 meses ou menos	2-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos
Empréstimos bancários com garantia	506.134	586.713	26.783	282.311	277.619	–	–
Títulos de dívida emitidos com garantia	997.226	1.245.031	–	690.652	41.972	512.407	–
Subtotal - Empréstimos e Financiamentos	1.503.360	1.831.744	26.783	972.963	319.591	512.407	–
Títulos de dívida emitidos com garantia (Debêntures)	1.845.803	2.587.624	96.683	398.317	419.944	793.703	878.977
Subtotal – Debêntures	1.845.803	2.587.624	96.683	398.317	419.944	793.703	878.977
Fornecedores	579.822	579.822	242.296	337.526	–	–	–
Subtotal – Fornecedores	579.822	579.822	242.296	337.526	–	–	–
Passivo de arrendamento	13.679	15.027	2.713	7.501	2.176	2.025	612
Subtotal – Passivo de arrendamento	13.679	15.027	2.713	7.501	2.176	2.025	612
Total	3.942.664	5.014.217	368.475	1.716.307	741.711	1.308.135	879.589

Os fluxos de saídas, divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros mantidos para fins de gerenciamento de risco e que normalmente não são encerrados antes do vencimento contratual. Adicionalmente, conforme divulgado nas notas explicativas nº 15 - Empréstimos e financiamentos e nº 16 - Debêntures, a Companhia possui operações financeiras com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*). O não cumprimento futuro desta cláusula contratual restritiva pode exigir que a Companhia liquide a dívida antes da data prevista. Estas cláusulas contratuais restritivas são monitoradas regularmente pela Diretoria Financeira e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido, não gerando qualquer expectativa futura de que as condições acordadas não sejam cumpridas. **(c) Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros, compreendendo ainda os limitadores de endividamento definidos em contratos, cujo descumprimento pode implicar em vencimento antecipado, conforme descritos a diante desta nota explicativa. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pelo Comitê de Gerenciamento de Risco. Geralmente, a Companhia busca aplicar *hedge accounting* para gerenciar a volatilidade no resultado. **(d) Risco de taxa de câmbio:** Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações no câmbio. Determinados passivos financeiros estão suscetíveis a variações cambiais, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre aqueles saldos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente o dólar. Em 31 de dezembro de 2022 a exposição ao câmbio é de 15,1% (29% em 31 de dezembro de 2021), de sua dívida (respectivo a empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira). A Companhia monitora continuamente as taxas de câmbio e de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. A seguir são demonstrados os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no endividamento em moeda nacional da Companhia. A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Companhia foi demonstrada com base nos seguintes cenários: um cenário com as taxas projetadas para 12 meses (Cenário Provável) e outros dois cenários com 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) considerando a exposição da moeda estrangeira relevante. O método de avaliação dessa análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2022 não foi alterado com relação ao que foi utilizado no exercício anterior. Foram incluídos, ainda, mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a redução de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V) desses indexadores.

				Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à variação cambial Impacto no resultado				
Operação	Risco	Saldo em R$ (exposição)		Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV –25%	Cenário V –50%
Passivos financeiros								
Empréstimos, financiamentos e debêntures	US$	(506.137)	(546.861)	(683.576)	(820.292)	(410.146)	(273.430)	
Impacto no resultado do exercício				(136.715)	(273.431)	136.715	273.431	
Swap - Ponta Ativa	US$	490.995	530.500	663.125	795.750	397.875	265.250	
Impacto em outros resultados abrangentes				4.090	8.181	(4.090)	(8.181)	
Impacto no resultado do exercício				136.715	273.431	(136.715)	(273.431)	
Impacto líquido no resultado do período total				–	–	–	–	
Referência para ativos e passivos financeiros		Taxa projetada	Taxa em 31/12/2022	+25%	+50%	–25%	–50%	
Dólar US$ R$ (% 12 meses)		5,64	5,22	7,05	8,46	4,23	2,82	

Fonte: B3

(e) Risco de taxa de juros: Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta das variações das taxas de juros da economia, que afetam os empréstimos e financiamentos e as aplicações financeiras. A Companhia monitora continuamente as variações dos indexadores com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. A seguir são demonstrados os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no endividamento em moeda nacional da Companhia. A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Companhia foi demonstrada com base nos seguintes cenários: um cenário com as taxas projetadas para 12 meses (Cenário Provável) e outros dois cenários com 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) considerando a exposição da moeda estrangeira relevante. O método de avaliação dessa análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2022 não foi alterado com relação ao que foi utilizado no exercício anterior. Foram incluídos, ainda, mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a redução de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V) desses indexadores.

			Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros				
Operação	Risco	Saldo em R$ (exposição)	Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%
Ativos Financeiros							
Aplicações financeiras	CDI	973.758	**1.104.436**	**1.137.106**	**1.169.775**	**1.071.766**	**1.039.097**
Impacto no resultado do exercício				**32.670**	**65.339**	**(32.670)**	**(65.339)**
Passivos Financeiros							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	CDI	(2.514.650)	**(2.852.116)**	**(2.936.483)**	**(3.020.849)**	**(2.767.749)**	**(2.683.383)**
	IPCA	(337.754)	**(359.201)**	**(364.563)**	**(369.925)**	**(353.839)**	**(348.477)**
Total de passivos financeiros		(2.852.404)	**(3.211.317)**	**(3.301.046)**	**(3.390.774)**	**(3.121.588)**	**(3.031.860)**
Impacto no resultado do exercício		(527.342)		**(89.728)**	**(179.457)**	**89.728**	**179.457**
Swap – Ponta Passiva	CDI		**(598.111)**	**(615.803)**	**(633.496)**	**(580.419)**	**(562.726)**
Impacto em outros resultados abrangentes				**(253)**	**(506)**	**253**	**506**
Impacto no resultado do exercício				**(17.439)**	**(34.879)**	**17.439**	**34.879**
Impacto líquido no resultado do exercício total				**(74.498)**	**(148.997)**	**74.498**	**148.997**
Referência para ativos e passivos financeiros		Taxa projetada	Taxa em 31/12/2022	**+25%**	**+50%**	**-25%**	**-50%**
CDI (% 12 meses)		11,79%	4,42%	14,74%	17,69%	8,84%	5,90%
IPCA (%12 meses)		5,22%	10,06%	6,53%	7,83%	3,92%	2,61%

Fonte: B3/Santander

(f) Risco de vencimento antecipado: A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com *covenants* que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses índices pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. A Administração acompanha suas posições, bem como projeta seu endividamento futuro para atuar preventivamente aos limites de endividamento mencionados nas notas explicativas nº 15 - Empréstimos e financiamentos e nº 16 - Debêntures. **(g) Risco de escassez de energia (Risco hidrológico):** O sistema de produção e transmissão de energia elétrica do Brasil é um sistema hidro-termo-eólico de grande porte, com predominância de usinas hidrelétricas, o que o torna suscetível às variações nos reservatórios em função das chuvas. Um período prolongado de escassez de chuva, por exemplo, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Dessa maneira, com a finalidade de incentivar o uso racional da energia, o governo através do Decreto nº 8.401/2015, criou a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (CCRBT - conta bandeiras) visando repassar mais adequadamente aos consumidores finais o custo associado às condições de geração de eletricidade. Como consequência da situação hidrológica desfavorável de 2021, foi criada a Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (CREG) (Medida Provisória nº 1.055/2021), com competência definir diretrizes obrigatórias relativas ao estabelecimento de condições excepcionais e temporárias para enfrentamento da situação hidrológica. Mensalmente, a CREG realiza reuniões de acompanhamento, sendo respaldada pelos estudos elaborados por diversos entes do setor elétrico brasileiro, como a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), Operador Nacional do Sistema (ONS) e Ministério de Minas e Energia (MME). Conforme informações do Operador Nacional do Sistema (ONS), nos meses de outubro a dezembro de 2022 houve continuidade das chuvas observadas no País, comportamento esperado para o período tipicamente úmido. Em termos de armazenamentos equivalentes, todos os subsistemas do Sistema Interligado Nacional (SIN) finalizaram o ano com valores superiores aos de 2021. O ONS destacou que as melhores condições hoje observadas nos reservatórios das usinas hidrelétricas, aliadas aos demais recursos energéticos disponíveis no País, contribuirão para a garantia e segurança do atendimento nos próximos meses. **(h) Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento:** Os Processos de Revisão e Reajuste Tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. Alterações na metodologia vigente devem ser amplamente discutidas e contarão com contribuições da Companhia, concessionárias e demais agentes do Setor. Em caso de evento imprevisível que venha a afetar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, poderá a Companhia justificar e requerer ao regulador a abertura de uma Revisão Tarifária Extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A própria ANEEL também poderá proceder com Revisões Extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para seu repasse às tarifas. **(i) Risco ambiental:** A Companhia baliza suas ações em sua Política de Sustentabilidade, que prevê, em suas Concessões, o atendimento aos requisitos legais ambientais nas 3 esferas de governo (Federal, Estaduais e Municipais), visando a preservação ambiental e o respeito à sociedade, em especial, às populações tradicionais. Para controle dos processos e atividades com impactos ambientais, utilizamos um Sistema de Gestão Ambiental balizado na ISO 14001, que vincula os processos e atividades a seus possíveis impactos, bem como o correlaciona à Legislação vigente. Para tais processos, temos procedimentos específicos, que visam o controle preventivo quanto aos impactos ambientais, que envolvem os colaboradores próprios e terceiros, bem como os demais *Stakeholders*. O Controle do Sistema de Gestão Ambiental tem como principais macroprocessos: • Licenciamento Ambiental; • Gestão de Limpeza de Faixa, Podas e Supressão de Vegetação; • Gestão de Resíduos, Educação e Conscientização Ambiental; • Gestão de passivos e áreas contaminadas; • Gestão de Requisitos Legais; • Gestão de Recursos Hídricos; e • Normatização e Controle do Sistema de Gestão Ambiental (SGA). Dentro destes macroprocessos, fazemos gestão de centenas de processos de licenças e autorizações ambientais para implantação, manutenção e operação de ativos e processos, em especial, no que se refere a implantação de Subestações, Linhas e Redes de Distribuição de Energia. Também trabalhamos com os órgãos ambientais competentes na obtenção de autorizações de poda, limpeza de faixa e supressão de vegetação, atendendo a legislação e evitando riscos ao sistema elétrico. Em nosso SGA, temos a etapa de Integração Ambiental para implantação de obras. Este processo consiste em alinhamento com os fornecedores/executores de obras, quanto ao licenciamento e autorizações recebidas dos órgãos ambientais. Nas reuniões de Integração Ambiental são repassados aos gestores e executores das obras, todo processo que foi ambientalmente licenciado, bem como as obrigações legais relacionadas ao cumprimento das condicionantes e da legislação vigente, visando assim minimizar os riscos ambientais associados a implantação das obras. Também visando reduzir impactos ambientais, utilizamos em nossas áreas de concessão cabos protegidos ou compactos que minimizam as ações e intensidades de podas, em especial, em áreas urbanas com alta densidade de árvores de grande porte. **27.6. Gestão do capital:** A política da Administração da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e do mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e também o nível de dividendos para os acionistas. A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de alavancagem e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável, estabelecendo e acompanhando as diretrizes dos níveis de endividamento e liquidez, assim como as condições de custo e prazo dos financiamentos contratados. **28. Demonstração dos fluxos de caixa: 28.1. Transações que não afetam caixa:** O CPC 03 (R2) – Demonstrações de Fluxo de Caixa, em sua revisão, trouxe que as transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalente de caixa devem ser excluídas das demonstrações de fluxo de caixa e apresentadas separadamente em nota explicativa. Todas as demonstrações que não envolveram o uso de caixa ou equivalente de caixa, ou seja, que não estão demonstradas nas demonstrações de fluxo de caixa, estão demonstradas na tabela abaixo:

	Efeito não caixa
Atividades de investimento	
Transferências entre ativo financeiro e ativos de contrato (a)	**26.905**
Transferências entre imobilizado e ativos de contrato (a)	**70.929**
Transferências entre ativos de contrato e intangível (a)	**189.912**
Transferências entre imobilizado e intangível (a)	**1.141**
Adição de ativos de contrato com contrapartida em fornecedores (a)	**21.764**
Adição de ativos de contrato com contrapartida em Obrigações e encargos sobre folha de pagamento (a)	**62.356**
Total atividades de investimentos	**373.007**
Atividades de financiamento	
Hedge accounting de fluxo de caixa – Nota explicativa nº 27.4 – Instrumentos financeiros derivativos	**12.490**
Total atividades de financiamento	**12.490**
Total	**385.497**

(a) Conforme demonstrado nas notas explicativas nº 12 – Intangível e 13 – Ativos de contrato.

28.2. Mudanças nos passivos de atividades de financiamento

	2021	Fluxo de caixa	Pagamento de juros (a)	Mudança no valor justo	Outros (b)	2022
Empréstimos e financiamentos	1.618.909	(105.899)	(29.731)	–	20.081	1.503.360
Debêntures	1.544.027	250.000	(147.270)	–	199.046	1.845.803
Instrumentos financeiros derivativos	5.069	–	–	12.490	18.848	36.407
Passivos de arrendamento	34.145	(22.537)	–	–	2.071	13.679
Total	3.202.150	121.564	(177.001)	12.490	240.046	3.399.249

(a) A Companhia classifica juros pagos como fluxos de caixa das atividades operacionais; e (b) As movimentações incluídas na coluna de "Outros" incluem os efeitos das apropriações de encargos de dívidas, juros e variações monetárias líquidas, capitalização de juros, e resultado financeiro com operações de instrumentos derivativos. **29. Compromissos futuros:** Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo são os seguintes:

	Vigência	2023	2024	2025	Após 2025 (*)
Energia contratada (em R$ mil)	2023 a 2034	2.200.368	2.461.479	2.433.851	23.705.899
Energia contratada (em MhW)	2023 a 2034	8.442.824	9.168.303	8.705.716	70.250.483

(*) Estimado em 9 anos após 2024. Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 6 a 30 anos, representam o volume total contratado pelo preço atualizado de acordo com a cláusula do Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCEAR), e foram homologados pela ANEEL.

	Vigência	2023	2024	2025	Após 2025 (*)
Arrendamentos e aluguéis (R$ Mil)	2023 a 2029	9.516	1.908	681	1.574

(*) estimado em 5 anos após 2024. **30. Eventos subsequentes: Decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre "coisa julgada" em matéria tributária:** Em 08 de fevereiro de 2023, o Plenário do STF concluiu e finalizou o julgamento dos Temas 881 e 885, decidindo, por unanimidade, que uma decisão definitiva, a chamada "coisa julgada", sobre tributos recolhidos de forma continuada, perde automaticamente os efeitos das decisões transitadas em julgado caso exista pronunciamento divergente e contrário, quando ocorrer em controle concentrado ou sob regime de repercussão geral. A Companhia avaliou os efeitos reflexos desta decisão e não identificou processos judiciais impactados pela referida decisão da Suprema Corte, por não possuir decisões judiciais que resultem na supressão de seus tributos, cuja matéria tenha sido, posteriormente, julgada em sentido contrário pela Suprema Corte, em ação de controle concentrado ou sob regime de repercussão geral. Adicionalmente, a Companhia entende que a decisão não possui aplicação direta ou reflexa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e continuará monitorando a evolução do assunto.

continua